

SESSÕES DO PLENÁRIO

17ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de novembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar Projeto de Lei nº 22.918/18 do Poder Executivo que altera o Anexo Único da Lei nº 12.373 de 23 de dezembro de 2011.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

O Sr. Zé Neto Lula:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, queria informar aos Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que mediante acordo com a Oposição, nós fizemos um acordo que estabelece a reabertura do sistema para a entrega das emendas até hoje às 18h, emendas ao orçamento, muito bem, o deputado Luciano me corrigiu aqui. Estou

solicitando a V. Ex.^{as} que possam entregar, assim, o que ontem não possível em função do sistema, até às 18h.

Portanto, quero agradecer também aqui a boa vontade e o bom senso do nosso deputado Luciano, Líder da Oposição. E, portanto, até às 18h, quem não entregou ontem por problema no sistema, pode fazer a entrega das emendas ao orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente. Não há orador inscrito. Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Zé Neto Lula:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, antes mesmo de iniciar a contagem, solicito a V. Ex.^a que estabeleça o tempo regulamentar para que possamos fazer com que os deputados e deputadas tenham o tempo suficiente para se deslocarem para o Plenário. Faço um apelo aqui às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados para que possam adentrar ao Plenário e que assim possamos dar continuidade à presente sessão.

Já tivemos agora há pouco uma sessão que caiu exatamente por falta de quórum, faltando três deputados, deputadas e necessitamos dessas presenças nesse segundo momento. Já estamos na extraordinária e nela não podemos mais fazer outra coisa senão dar a frequência e garantir que os 21 Srs. e Sr.^{as} Deputados e deputadas façam com que tenhamos a continuidade da presente sessão.

Portanto, peço a V. Ex.^a que estabeleça o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V. Ex.^a será atendido.

Peço que zere o painel, faça contar o tempo regimental e convoco as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão feita pelo deputado Targino Machado.

(Verificação de quórum)

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Mais uma vez quero, aqui, solicitar a presença dos Srs. Deputados e Deputadas no Plenário, ainda temos 12 minutos, já temos 15 frequências, necessitamos de seis frequências.

Sr. Presidente, quero aproveitar, aqui, o ensejo e dizer a V. Ex.^a que na semana passada, na última quarta-feira, eu estive em Brasília e fui conhecer o Plenário da Câmara Federal de perto. Cheguei em Brasília cedo, 9h da manhã fui para o Plenário e lá, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, passei a tarde toda, até à noite, saí de lá mais de 9h da noite, foram praticamente 12 horas no Plenário. Almocei no próprio Plenário, tive o prazer de almoçar inclusive na presença do nosso deputado Carleto, que estava lá almoçando também e, posso dizer, Sr. Presidente, falando e conversando com muitos que lá estavam, que o discurso de campanha feito pelo presidente Bolsonaro já ficou, há muito tempo, no passado. Talvez até para que a República seja salva. Mas, por outro lado, se algum de nós tinha alguma dúvida sobre a forma que vai se dá o governo que virá, dúvida não tenho, porque, no Congresso, as situações que no passado foram responsáveis por grandes dificuldades enfrentadas por diversos governos, novamente estão configuradas. E aqueles que são *experts* em criar dificuldades para os governos e vender suas facilidades já estão de prontidão na tropa do capitão que venceu as eleições no último pleito.

Portanto, estaremos lá torcendo para que o Brasil possa ter um bom resultado nos próximos quatro anos, mas já adiantamos que o Congresso terá um papel extremamente relevante. Não vemos saída para o país, evidentemente, se não tivermos o diálogo. E me parece que o que pode criar alguma dificuldade é que as velhas raposas, as velhas figuras carcomidas da política conservadora, que nós enfrentamos em alguns períodos, e nos períodos mais recentes, novamente estão sendo evocadas para estarem na cena nos próximos quatro anos na gestão que se aproxima.

Brasília é um grande desafio, espero que o Parlamento possa ter um papel decisivo, um papel relevante nos diálogos, todos que precisam ser realizados em busca de soluções. Para a previdência que não seja essa reforma tão agressiva como querem; para a nossa tributação, para termos uma reforma fiscal e tributária adequada; uma reforma política que realmente possa traduzir as expectativas, as esperanças do povo brasileiro. Talvez essa seja uma das mais importantes reformas a serem realizadas no país. Não tenho nenhuma dúvida que em parte nós fomos vencidos, em parte nós, do PT, também erramos quando não estabelecemos como pauta prioritária máxima do início do nosso governo com Lula, em 2003 a reforma política. Inclusive ele próprio reconhece que não tinha a dimensão do tamanho das dificuldades que poderiam ser geradas no curso da nossa caminhada em função de não ter realizado uma reforma política mais profunda.

Portanto, esperamos que o Brasil possa realmente estar atento a todas as movimentações que vão se dar na política nacional. Independentemente do resultado o povo brasileiro começa a estar mais integrado com o acompanhamento da política. Em alguns estados, algumas regiões de forma mais equivocada, no Nordeste, acho, que de forma mais conscientizada. Vamos para esse processo novo e nos próximos quatro anos teremos muito o que lutar para mantermos o Brasil na democracia em busca de melhores dias.

Quero, mais uma vez, solicitar dos deputados que estão na Casa, deputado Euclides que está aqui na Casa, se ele nos der o prazer da frequência, estaremos com

21, deputado Euclides, só falta V. Ex.^a. Estou aqui solicitando a V. Ex.^a, esse gentil companheiro, cavalheiro das batalhas todas aqui da nossa caminhada na liderança. Faltando apenas 1 deputado para darmos seguimento à presente sessão. Obrigado, deputado Euclides Fernandes.

Sr. Presidente, já temos 21.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Restabelecido o quórum.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Neto Lula:- Falará o deputado Gika pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra pelo tempo de até 10 minutos o deputado Gika.

O Sr. GIKA LOPES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, *TV Assembleia*, todos os funcionários desta Casa, eu subo aqui para falar de uma morte que aconteceu em Serrinha, essa semana, de um vereador chamado Lailson Cunha. Ele que era o secretário, foi vereador por duas vezes. Secretário atuante lá na prefeitura de Serrinha, secretário da Vigilância Sanitária que morreu precocemente. Um rapaz que fazia um trabalho muito bem feito naquela cidade e aos 48 anos pegou a chamada doença do pombo e faleceu. Em 8 dias Deus o levou.

Então vai fazer muita falta lá em Serrinha porque nos ajudou em 2012, 2014. Na política era um cidadão que fazia amizade com todos e por isso eu acredito que todos nós serrienses ficamos tristes com a morte desse rapaz. Então nós que somos de Serrinha e que temos um companheiro político que morreu dessa forma... eu acho que não era a época de ele ter ido. Mas é assim mesmo, quando Deus quer é sempre assim.

E como falou aqui Carlos Ubaldino na questão da pista da BR-324, eu também fico vendo aquilo ali. É muito triste a gente pagar um pedágio caro, como está sendo cobrado, e quando se vai de Salvador a Serrinha pela BR-324 parece que não é asfalto e sim uma estrada de cascalho. Então tem que ter alguém para fiscalizar essa BR-324.

É como a BR-116 que a gente vê ali na região de Ibó que divide com Pernambuco, Bahia e Pernambuco, os caminhoneiros sofrendo com tanto assalto. Eu que tenho um caminhão e vejo os colegas reclamando, sempre me reclamando, pedindo para que a gente faça alguma coisa. Então, eu estou aqui falando dessa BR, BR-116 que liga aquela região de Ibó, do Km 45 ao Km 15, chamado Galo Seco. É uma região que tem assalto praticamente 24 horas, não tem quem suporte passar. Tanto que os caminhoneiros estão desviando 200 quilômetros por fora para não passar naquela região de Ibó por causa dos assaltos que a gente vê todos os dias os caminhoneiros reclamando.

Então a gente como está no governo, é o governo de Rui Costa é um governo austero que faz as coisas acontecerem, mas a gente também tem que cobrar. Eu que sou do P T - Partido dos Trabalhadores, partido do governo, mas a gente tem que aqui reivindicar. Claro que vai sempre à Caatinga lá para fazer essa fiscalização, pegar

esses bandidos que estão fazendo com que... aterrorizando os caminhoneiros e também os automóveis, os que trafegam por aquela BR. Então, a gente fica aqui a reclamar. Mas as pessoas que estão sendo assaltadas, tenham certeza de que a gente vai cobrar do governo, e aqui... nós estamos aqui... Estou, como deputado, para poder fazer essas cobranças.

Então, é isso aí. Nós temos um governo, um governo que a gente sabe que tem comprometimento com todas as pessoas, com todos os baianos. Mas a gente sabe que há essas dificuldades, porque a bandidagem está grande, e nós sabemos que a bandidagem está vindo mais por questão, até, das drogas. Por isso, tem que ter uma fiscalização para que não aconteça tanto assalto, como acontece ali na BR-116, que é a divisa da Bahia com Pernambuco, que é ali no Ibó.

Então, é isso aí turma. Como temos esse tempo, a gente está vendo esse governo que tomou... O presidente, que se elegeu ultimamente... vendo as coisas que estão acontecendo. Tomara que ele venha a fazer para que o nosso Brasil, a nossa Bahia tenha segurança. Porque ele – na fala dele, na campanha – falava justamente isso, da questão da segurança. Então, como nós estamos aqui, temos que cobrar. Ele é o presidente, independentemente do partido que for. Mas só é o presidente dos brasileiros, foi eleito, nós temos que aceitar. Daí para frente, agora, é só pedir a Deus; que ele faça com que as coisas boas aconteçam para o nosso povo, porque tanto na área da Saúde como na área da Segurança Pública, que é o que ele falava pelas redes sociais, e na questão da educação... que ele venha a fazer com que o nosso Brasil tenha uma condição melhor de sobrevivência. Porque o nosso presidente, o Inácio Lula da Silva, quando passou por lá, fez com que o nosso povo saísse desta sofrência. Então, agora ele tem obrigação de fazer com que o povo seja feliz.

Então, é isso aí. Vou encerrar a minha fala. Tenham certeza de que eu sei que o nosso governo... Vocês, caminhoneiros, que estão sofrendo nas BRs, na região do Km-45 e do Km-15, vou reivindicar ao comandante Anselmo Brandão para que ele mande essa Caatinga, o mais rápido possível, para poder ver de que forma pode dar segurança a esse povo. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, o líder do PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Então, vai falar o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da Imprensa, deputado Gika, eu perdi o *time* do aparte de V. Ex.^a, mas venho aqui me manifestar com relação ao seu pronunciamento, à questão do que a Via Bahia vem fazendo com o povo da Bahia. Quando se fala em BR-324, e as suas críticas são todas pertinentes... Nós, que fazemos esse trecho quase que cotidianamente, Salvador-Feira

de Santana, não podemos deixar de falar também do trecho Feira de Santana, sentido da BR-116, Sul, conhecida como Rio-Bahia.

Sr. Presidente, eu me lembro que há 4 anos o nosso senador, o então candidato a senador, Otto Alencar, fez duras críticas e clamou, de forma bastante contundente, sobre o que a Via Bahia vinha fazendo com o nosso povo, com os caminhoneiros, com os usuários dessa malha rodoviária.

Mas não dá para entender, pois nenhuma medida praticamente foi tomada até o momento. Aquele trecho que sai de Feira de Santana e vai até ali em Rafael Jambeiro, especificamente na ponte sobre o Rio Paraguaçu, é uma calamidade.

Há mais de 2 anos e meio que o trecho está parado, nenhum sinal de que vão retomar as obras. Eles saqueiam, literalmente saqueiam os usuários da BR-116, Sul. Considero um saque, porque chega a ter dois pedágios quando você atravessa para ir em direção a Jequié e Vitória da Conquista. Na medida em que não há avanços, o que nos resta é a clareza e a certeza de que há um descaso.

Portanto, cabe a nós aqui, deputado Gika, reforçar, 4 anos depois, aquele mesmo clamor, que foi trazido pelo então candidato e atual senador Otto Alencar, com relação ao comportamento de desrespeito, verdadeiro desrespeito à comunidade, ao povo da Bahia. Portanto, quero deixar registrado este protesto.

Gostaria, Sr. Presidente, que esta Casa tomasse a providência de, em nome desta Mesa, em nome dos deputados e deputadas da Bahia, encaminhar o requerimento ao Ministério Público federal, para que essa empresa seja chamada para responder o que está havendo, porque, senão, trata-se apenas de um assalto. Não se assalta só bancos, se assalta também contribuintes. Aí, é um assalto aos contribuintes da Bahia, é um assalto aos usuários baianos que usam... não só baianos, mas os brasileiros, nordestinos, o pessoal do Sul que trafega por esse eixo central que liga o Norte e o Nordeste ao Sul do país, passando quase que necessariamente por Feira de Santana.

Portanto, Sr. Presidente, é este registro quero fazer. Em outra oportunidade, quero dizer aqui que vou apresentar a esta Casa um requerimento em forma de ofício para que sejam tomadas as devidas providências com relação a essa companhia, a essa empresa.

O Sr. Gika:- V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Concedo o aparte ao deputado Gika.

O Sr. Gika:- Deputado Angelo Almeida, V. Ex.^a tem razão. A gente que trafega e vê os caminhoneiros... Por isso que eu estava falando a respeito da BR-116, na divisa da Bahia com Pernambuco, ali em Ibó. Todos os caminhoneiros que eu tenho acesso para conversar, no caso de 100, 50 já foram assaltados.

Então, não há condição. Você vê que eles estão desviando 200 quilômetros, como acabei de falar, para poder andarem em paz. Claro que há dificuldade por onde eles estão passando, mas nesse trecho do Km-45 ao Km-15 – ali é onde está o perigo – é assalto todos os dias e todas as horas.

Então, nós temos que cobrar – como V. Ex.^a falou ao presidente –, temos que elaborar alguma forma para poder ter uma fiscalização maior para segurança dos caminhoneiros, que já sofrem tanto na questão do seu ganha-pão. O frete que eles pegam é frete muito barato, e ainda sendo assaltos, não há condição. Tem gente desistindo da profissão, porque já não aguenta mais. Conheço pessoas que já desistiram, e há mais outros também querendo desistir, porque já não aguenta.

O trecho em que eles rodam aqui, de Camaçari, ali por Pernambuco, para o Ceará, tem de passar por ali. Então, a dificuldade é grande. É isso aí. Vamos pedir que tomem providências para poder não deixar esse povo sofrendo tanto.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- É isso, deputado. Muito oportuno o seu aparte.

Eu, particularmente, que fui votado no município de Curaçá; no município de Abaré, pelo atual vice-prefeito e pela ex-prefeita D. Eulina Pires; que fui votado também em Chorrochó, toda essa área, toda essa região está sofrendo com os constantes assaltos a caminhoneiros.

E não são apenas os caminhoneiros que estão sofrendo. Todos os comerciantes daquela região, postos de combustíveis, comerciantes em geral, restaurantes, estão na iminência de fechar, dada a gravidade.

Semana passada encaminhei ao secretário de Segurança Pública um ofício dando conhecimento dessa situação, pedindo as providências. Estou indo amanhã em Curaçá, e quero aqui deixar o meu abraço a todos.

Encaminhei a esta Casa também um ofício comunicando essa viagem, a partir do momento em que fomos convidados para estar presentes no Centro Administrativo do Projeto Pedra Branca, um projeto extraordinário de agrovilas. São 19 agrovilas, 13 no âmbito do município de Curaçá e seis em Abaré. Eles vão ter, amanhã – um sonho antigo –, a titularidade, um documento de titularidade das terras. São cerca de 4 mil hectares de terra, que fazem parte desse perímetro irrigado de Pedra Branca. É um projeto extraordinário, que foi contemplado pelo governador Rui Costa, agora com a BA-210, que já está em estágio avançado e, com fé em Deus, estará pronta até o meado do ano que vem. Foi também contemplado com uma bomba flutuante, que foi uma emenda deste deputado, que deu a possibilidade do projeto Pedra Branca sobreviver. E agora, também, essa boa notícia, um sonho realizado de todos aqueles agricultores familiares que receberão o título da terra e passarão a ter a oportunidade, inclusive, de fazer financiamento, acessar créditos mais tranquilos, mais módicos.

Mas é uma realidade, uma preocupação muito grande. Estava previsto para amanhã, na Câmara Municipal de Abaré, uma reunião com todos os atores: prefeitos da região, vereadores da região, deputados. E quero aqui fazer também jus e dar conhecimento de que o deputado Zó, também votado na região, no território, esteve pessoalmente, semana passada, com o secretário de Segurança Pública, Dr. Maurício Barbosa. O que a região está pedindo e clamando é para que as providências sejam tomadas, porque a informação de que nós temos, inclusive, é de que são bandidos, marginais, mas que moram ali mesmo, uma juventude de 17 que está achando tão fácil, que amedrontam as pessoas, fazem roubos e ainda estão, agora, cada dia mais, se agravando. Semana passada atiraram em um caminhoneiro. Há uma situação de

temor na região e nos profissionais – motoristas, caminhoneiros – que trafegam pela região.

Mas eu penso que o secretário e a Segurança Pública do Estado da Bahia, já informados, devem estar montando alguma estratégia, e devem montar. Não acredito, sinceramente, pela responsabilidade que vejo, pois acompanho o trabalho do Dr. Maurício Barbosa... Sei disso, porque recentemente tivemos um problema grave também em Baixa Grande, onde marginais estavam na zona rural – e a população chegou a fugir da zona rural e foi para a cidade com medo –, e ele nos garantiu que faria lá uma ação ostensiva, e foi feita com helicóptero, com uma força muito forte, prenderam marginais lá. A gente sabe que não vai marcar data, porque se marcar data, não vai acontecer o flagrante. Mas nós estamos, a comunidade toda, todo aquele território torcendo, com uma expectativa muito grande de que as providências cabíveis sejam tomadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, já é uma sessão extraordinária, e nós queremos aqui, então, solicitar aos deputados e deputadas que estão na Casa que compareçam para que a gente possa tocar a sessão e fazer a votação de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS LULA:- Sr. Presidente, ainda no ocaso desse governo, o governo federal, o governo Temer, algumas posições têm chamado

atenção no ambiente baiano, e uma delas chega a ser até confusa. Houve um esforço enorme para interiorizar a Justiça Federal, no âmbito dos mais diversos territórios, aqui na Bahia. Isso foi feito com algum atraso, mas a Justiça Federal se encontra, em alguns territórios, dando uma certa capilaridade para prestar os serviços jurisdicionais nos diversos territórios de identidade, inclusive nos territórios do Litoral Norte e Agreste baiano e lá após um levantamento, um estudo de órgãos de controle da Justiça Federal não só lá em Alagoinhas, como também em Paulo Afonso e me parece que em Itaberaba, Santo Amaro e em outros locais há um indicativo de fechamento dessas unidades trazendo um ambiente de muita incerteza para os operadores da justiça, para os advogados, para os seus órgãos de organização, mas principalmente para os jurisdicionados, para a sociedade complicando o acesso físico.

Imagine o que pode advir do fechamento por exemplo da Vara de Justiça Federal em Alagoinhas, em Paulo Afonso, em Itaberaba. Várias cidades, cidades importantes que lideram as relações territoriais no interior da nossa querida Bahia. E a nossa posição aqui é uma posição de achar que deve ser uma brincadeira de mau gosto, quando se levanta e se verifica que a procura, a prestação dos serviços da justiça está a contento e tem cumprido o seu desiderato.

Então, simplesmente fechar as portas da Justiça Federal, onde ela adquiriu capilaridade, onde ela se aproxima dos cidadãos e cidadãs que precisam ter um acesso qualificado à justiça no seu território. Então esse é um clima de retrocesso que atinge órgãos, estruturas de estado demonstrando o pouco apreço desse governo já nos seus estertores, já no seu ocaso que de fato não tem interesse qualquer em oferecer comodidade àquele que precisa, que procura a Justiça Federal onde ela conseguiu se interiorizar.

É preciso que esta Casa paute verdadeiramente esse tema e o nosso mandato abraça esse momento de perplexidade que vive principalmente os operadores da justiça, os advogados.

A OAB, aqui na Bahia por certo já se pronunciou, por certo vai ainda efetivamente tomar uma posição efetiva porque o estado de coisas da forma como se encontra demonstra que os jurisdicionados estarão à-toa.

Da mesma forma, quando se lança um olhar, um olhar cuidadoso sobre o OGU, o Orçamento Geral da União, exatamente o Nordeste terá uma surpresa negativa, porque recurso para otimizar, para consolidar ferramentas importantes de diminuição da desigualdade social, que foram consolidadas a partir dos governos Lula e Dilma, a exemplo do Bolsa Família, uma ferramenta importante reconhecida por todos no país e fora dele, pela imprensa de uma forma geral.

Então existe um corte orçamentário que vai chegar a mais de 15 milhões e meio de brasileiros e brasileiras que dependem desse recurso, que esse recurso, inclusive, parte dele foi responsável aqui no Nordeste, na retirada do nosso país, do Brasil, depois de muitos e muitos anos do mapa da fome.

É um retrocesso profundo, inimaginável nos tempos de hoje, assim como também o é a retirada de recursos. Mais de 8 bilhões e meio de reais do BPC – Benefício de Prestação Continuada. Esse instrumento é de uma importância muito

grande para aquele cidadão que não tem renda na sua casa, já idoso, com suas energias combalidas, mas que a mão bem faceja do estado pode chegar para aliviar o seu sofrimento, para botar comida na mesa. Pessoas com diversos tipos de limitações, de deficiência, idosos que não terão acesso ao benefício de prestação continuada.

Longe de ser uma esmola para qualquer cidadão, essa não vai lhe matar de vergonha, essa não vai lhe causar vício, essa vai lhe causar, certamente, a antecipação dos seus dias, exatamente depois de muito pouco tempo que o Brasil celebrou a sua saída do mapa da fome. No momento em que os indicadores sociais e econômicos deste país, na década considerada década de ouro em todo o seu período republicano, a gente vê anunciada, há poucos dias atrás, que serão retirados do Orçamento Geral da União, recursos fundamentais para garantir a sobrevivência dos desvalidos, aqueles que durante dezenas e dezenas de anos, foram esquecidos pelo governo federal.

Então isso demonstra claramente uma linha de transmissão onde me parece que a sensibilidade saiu e o Brasil poderá experimentar, no governo de extrema direita, a insensibilidade, a certeza de que esse país, quem sabe, estará sendo governado para 60, para 80 milhões de brasileiros, em detrimento do restante da população que foi incluída no consumo, que foi incluída na classe média, mas que agora retrocede como se tivéssemos beirando o retorno ao século passado, depois de darmos uma lição com o maior programa de transferência de renda de que se tem notícia na história, recente, não do Brasil, mas da América Latina como um todo. Então, esse posicionamento que nós trazemos aqui a este púlpito, a esta tribuna é no sentido de advertir a todos que nos ouvem aqui na Bahia, aqueles que estão atentos para este período que se avizinha, período de trevas onde alguns que estavam na caserna, hoje, estão presentes na administração dizendo que direitos humanos são para homens direitos. Direitos sob que ótica? Então, são tempos em que quem não viu vai ter tempo de ver e aí eu quero ver as vozes dos democratas na Assembleia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB, PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem.

O Sr. Targino Machado:- Gostaria de requerer de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Reiterando o pedido de verificação de quórum solicito que seja zerado o painel e que V. Ex.^a convoque todos os deputados que estão nos gabinetes ou na sala do cafezinho, para marcarem suas presenças.

Aproveito, Sr. Presidente, para fazer uma saudação especial ao governador Rui Costa pela brilhante administração que vem fazendo por esta Bahia, e,

consequentemente, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da nossa sociedade.

Aproveito para externar aqui um comunicado do Partido dos Trabalhadores de Pojuca que encaminha os agradecimentos ao governador pelo belíssimo trabalho que ele vem desenvolvendo, principalmente no que tange a mobilidade na Bahia, e, especialmente na BA-420, no trecho que liga Pojuca a Catu. A sociedade pojucana e a de Catu, hoje, já celebra com muita satisfação e com reconhecimento de uma obra importante estratégica para o desenvolvimento daquela região e de respeito as nossas populações.

Aproveito também para fazer o agradecimento a Embasa pela eliminação de um sofrimento de muitos anos de uma comunidade chamada Sobe e Desce que apesar de estar há 500 metros da praça de pedágio, não tinha ainda o benefício da água tratada e da água potável, e, consequentemente, é com o governo Rui Costa, e através do compromisso da Embasa que este serviço é prestado e a população desde o mês passado, no mês de outubro, passou a ter direito a água nas torneiras de casa. Então, aproveito para externar os agradecimentos e reconhecimento da comunidade de Pojuca ao governo do estado da Bahia.

Sr. Presidente, aproveito para solicitar que respeitando o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Targino Machado, que seja zerado o painel, soado as campanhas e dado o tempo regimental dos 15 minutos para que os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas possam se dirigir a este Plenário e garantir a continuidade dessa presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., zerem o painel, abram o tempo de 15 minutos, é um pedido de verificação de quórum, os deputados que queiram a continuidade da sessão, por favor, marquem as suas presenças. Painel zerado! Quem quer a continuidade da sessão, por favor, marque a sua presença.

Marcaram presenças os deputados: Bira Corôa Lula, deputado Carlos Geilson, deputada Dra. Fabíola Mansur, deputados Joseildo Ramos Lula, deputado Gika Lopes Lula, deputado Roberto Carlos. Roberto Carlos, muitas emoções. (Risos.) Alex da Piatã marcou presença. Sete deputados até agora marcaram presenças. Deputado Sidelvan, se quiser marcar presença, fique à vontade.

Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Os deputados que queiram marcar presença para a continuidade, por favor, compareçam ao Plenário. Os deputados que estão na sala do Cafezinho, nos seus gabinetes, nos corredores, por favor! Os deputados que estão na sala de Carlos Machado, na Secretaria da Mesa, por favor! Se é o desejo a continuidade da sessão, por favor, marque a sua presença! Deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não. Sr. Carlos Machado, eu estou convocando os deputados que estão lá na sua secretaria para marcar presença. Porque sei que muitos ficam lá se aconselhando com V. Ex.^a, não é?

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Agora há pouco, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, tivemos quórum para a continuidade da presente sessão. Temos hoje três matérias que estão propícias a um bom diálogo e a um acordo com a Oposição. Uma diz respeito ao Ministério Público; as outras duas tratam de assuntos relacionados ao Judiciário: uma se refere aos servidores e a outra aos juízes que ocupam cargos de direção nas comarcas. Enfim, situações diversas que dizem respeito ao Ministério Público e ao nosso Judiciário, aos nossos cartórios, que devem ser deliberadas aqui nesta tarde.

Então, peço a V. Ex.^{as}, peço à Oposição a compreensão de que pelo menos em relação a esses projetos não há qualquer dificuldade de caráter político que impeça a continuidade da presente sessão. E nada impede que tenhamos acordos celebrados e votações que possam realmente resolver essas demandas que se encontram na Casa. Uma delas, a que trata do reajustamento de taxas cartoriais e de taxas judiciais, de origem do Poder Judiciário do Estado da Bahia, está sobrestando a pauta de votação.

Faltam ainda 7 minutos; já temos 15 Sr.^{as} e Srs. Deputados no Plenário. Solicito aos deputados e deputadas que estão no cafezinho, nos seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que venham dar a frequência para que possamos ter a continuidade a presente sessão.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Estão faltando quatro Srs. Deputados para chegarmos aos 21 necessários para a continuidade da presente sessão.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não há quórum para a continuidade da sessão...

O Sr. Zé Neto Lula:- Não, ainda faltam 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Ainda faltam 3 minutos?

O Sr. Zé Neto Lula:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Zerou aqui?

O Sr. Zé Neto Lula:- Três minutos ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Ah, está aqui o número.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nós já temos 20 presenças. Quem solicitou a frequência?

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Targino Machado. Ele já deu presença? (Pausa) Temos 21, então.

O Sr. Zé Neto Lula:- Então o quórum de permanência da sessão foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Falará, por todo o tempo, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente desta sessão, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, os que nos assistem pela TV Assembleia, imprensa, utilizo esta tribuna nesta tarde para continuar um balanço, uma reflexão sobre as últimas eleições na Bahia e no Brasil, naturalmente acompanhando essas primeiras sinalizações do governo eleito.

Nós militamos lá no sertão da Bahia e temos, modéstia à parte, uma história de ligação com os movimentos sociais, com os pequenos municípios, com os pequenos produtores, com a agricultura familiar. Mesmo tendo origem na militância política em Vitória da Conquista, graças a Deus, temos uma longa e larga relação com toda a região Sudoeste da Bahia, com parte do Médio São Francisco e com parte da Chapada.

E nessas regiões, tanto para o candidato a presidente Haddad, como para o governador Rui Costa e para os nossos deputados federais e estaduais, essas eleições corroboraram, reafirmaram o projeto político iniciado pelo companheiro Wagner, que levou o desenvolvimento para o interior da Bahia. São muitas as obras que Wagner iniciou e Rui continuou. Além das muitas obras do governador Rui Costa que estão em andamento no Sudoeste, no Médio São Francisco e ali na encosta da Chapada Diamantina

O povo reconheceu esse trabalho votando na nossa coligação, que teve o governador do Partido dos Trabalhadores, o vice do PP, um senador do PSD e outro do PT. A população reconheceu uma aliança política que se constituiu para levar o desenvolvimento econômico, para promover direitos, como foi o governo de Wagner e está sendo o de Rui.

E mais, a presença simbólica do Lula no espectro eleitoral dessa campanha foi muito importante para todos os candidatos que dialogaram com o imaginário, com o inconsciente e com consciente da população. Lula esteve presente todo esse tempo

como aquele presidente que olhou para o povo brasileiro; e esse resultado da Bahia foi o mesmo em todo o Nordeste.

Lamentavelmente, setores da classe média alta e as classes dominantes, sobretudo do Sul do Brasil, criaram todo um estigma. Evidentemente, esse estigma foi alimentado pela mídia e por parte da burocracia estatal do Judiciário, que nos perseguiu diuturnamente durante mais de 5, 6 anos, numa campanha ferrenha contra o ex-presidente Lula e contra o nosso partido.

Mesmo assim, diante do que estava posto no segundo turno, diante da história recente do Brasil, em muitos estados do Sul do Brasil a população mais simples e setores da classe média intelectualizada voltaram e fizeram uma campanha com grande fervor, com grande entusiasmo em favor do Haddad.

Desse modo, mesmo perdendo as eleições, fincamos definitivamente a possibilidade de resgate do diálogo com o projeto do Partido dos Trabalhadores, das forças democráticas e dos partidos aliados, para assim enfrentarmos essa quadra que vem aí.

Por isso, não entendemos como uma derrota do Partido dos Trabalhadores e muito menos uma derrota do Haddad. Claro, nessas circunstâncias, do ponto de vista eleitoral, nós perdemos as eleições. Mas, em política e em termos de compreensão da sociedade, derrota e vitória são dois conceitos relativos com o tempo e com aquilo que se concretiza lá, no chão da sociedade ao longo dos tempos. Então, a rigor, quanto à avaliação de vitória e derrota, vamos ver, vamos avaliar, vamos perceber nos próximos anos, repito, próximos anos.

Vejam, de um lado, a população brasileira fez uma outra leitura moral em relação ao companheiro Lula, sobretudo a população mais pobre, reconhecendo que, se houve erro no nosso partido, esses foram erros do ambiente da política, não foram erros morais, porque o povo dizia: “Eu voto em Lula mesmo ele preso.”

Diferentemente da moral dominante ao se utilizar do senso comum, essa quis transparecer que algumas condutas que envolveram o nosso partido e alguns aliados fossem características específicas do comportamento específico do nosso partido e dos nossos aliados.

Mas está muito claro que se o desdobramento de todos esses problemas jurídicos com todos os candidatos e com todos os partidos, nós teríamos um outro quadro. Mas, infelizmente, foi o PT, foi o Lula o alvo principal da elite e do grupo burocrático que perseguiram o partido e inviabilizaram a candidatura do Lula e, mais do que isso, carimbaram o nosso presidente eterno do Brasil como sendo um apenado e, por isso, não pôde concorrer às eleições.

Mas as primeiras sinalizações já estão aí, repito, já estão aí. Claro, é muito cedo. Não vamos ser aqui aves de agouro. Vamos esperar o desdobramento das ações, vamos esperar o novo governo, vamos, efetivamente, fazer uma reflexão, um debate, uma autocrítica do nosso partido, dos nossos aliados e de como nós nos comportamos para entender, compreender e agir no novo cenário que se desenha a partir do próximo ano.

E, aí, voltando esse tema, a elite brasileira foi responsável por uma gestão da sociedade ao longo dos anos que, na verdade, só promoveu a exclusão social.

Os momentos em que o Brasil pôde fazer reformas e incluir o seu povo foram momentos de tensionamentos entre parte da elite e a elite tradicional.

Como exemplo, há Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1950; João Goulart nos anos 1960 e, agora, no início da primeira década do século XXI, o presidente Lula e os aliados do nosso partido.

Poderíamos até dizer também que, ali, ao final da Ditadura Militar, entre os anos 1986-87-88, houve um pacto de parte da elite ilustrada, os industriais paulistas, os intelectuais, as igrejas para se pensar em um Brasil diferente e democrático que pudesse, também, imprimir um novo tempo para o país que foi a Constituição de 1988. Mas a mera Constituição não garantia o direito.

Foi, exatamente, necessária a prática. Foram necessários os períodos dos anos 1990 com muitas prefeituras da esquerda. E, aqui, eu vejo um prefeito, o ex-prefeito de Alagoinhas, que implementou muitas políticas públicas lá, em Alagoinhas. Muitos prefeitos do Brasil afora construíram a plataforma que o Lula depois consagrou nacionalmente.

Então, na verdade, vejam o avanço da Constituição de 1988. Do ponto de vista legal, os avanços só se concretizaram através da prática política a partir dos anos 1990 e início dos anos deste século.

Por isso, quanto aos conceitos de vitória e de derrota, eles têm de ser revitalizados. Claro, existem temas que vão precisar de um aprofundamento das forças democráticas neste país, mais precisamente no cerne fundamental que é a questão da relação entre o Estado e a sociedade; e o Estado e os agentes políticos. Esse será o tema que a gente vai precisar aprofundar para não cairmos na ilusão de que a mera ocupação das instituições são condições para implementar as reformas efetivas.

Digo isso porque, no momento em que o presidente Lula e no momento em que os partidos coligados começaram a implementar a ascensão social das massas, promover direitos, a elite, nervosa, preparou, arrumou e deu o golpe. A elite foi a responsável pelo maior crime da história deste país que foi a escravidão. A elite manteve as massas alheias ao desenvolvimento social.

Agora, as elites voltaram com raiva e estão à frente da direção do Estado brasileiro. Este é um momento em que as forças democráticas vão precisar fazer esta reflexão e caminhar com uma agenda que tenha, no centro, o combate às desigualdades. Este é o maior problema brasileiro.

A corrupção é um grande problema. No entanto, foi o PT quem criou os instrumentos de combate à corrupção. Toda a legislação atualmente aplicada foi oriunda de iniciativas do Partido dos Trabalhadores. Foi esse partido quem viabilizou essa legislação. Portanto, quanto a este tema, por mais doloroso, a gente não tem problemas para debater e discutir.

Agora, quanto ao tema da desigualdade, esse é o ponto central. A elite não quer trazer o tema da desigualdade para a agenda. E quanto ao tema da desigualdade, nós vamos colocar na agenda constantemente na Bahia, no Brasil e onde nós estivermos.

Obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Ordem do Dia.

(Pausa)

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, para podermos conversar, queria solicitar da Oposição, ao menos, a tolerância do tempo de 10 a 15 minutos até o deputado Luciano voltar ao Plenário, pois ele está à frente nas negociações.

Têm algumas situações postas hoje na pauta. Já existe praticamente um acordo celebrado e o entendimento com todos os setores envolvidos: tanto do Ministério Público como dos cartórios, como do tribunal.

Como estão alinhando os termos finais e o Luciano está descendo, solicito, ao menos, à Oposição, o tempo de mais 15 minutos para que tanto os acertos finais do texto fiquem prontos e o deputado Luciano adentre ao Plenário. Esse é o tempo que a gente vai alinhando a possibilidade de votação hoje, aqui, na nossa Casa legislativa.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o deputado Luciano, Líder da Bancada de Oposição, acabou de nos informar que não foi feito nenhum acordo, até porque ele não ouviu a bancada. Ele não pode fazer acordo sem ouvir a bancada. Ele não ouviu a bancada.

Portanto, não tem acordo!

Por isso, quero que V. Ex.^a considere prejudicado esse pedido de tempo.

A posição da Oposição é esta.

E, aqui, eu falo em nome da Oposição, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto Lula:- Cadê o Luciano? V. Ex.^a não disse que estava tudo certo?

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Já que não há nenhum acordo...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, acabei de sair de uma reunião com os representantes dos cartórios de registro civil e os delegatários, vamos dizer assim.

Quando nós lemos o projeto aqui, verdade seja dita, o deputado Luciano Ribeiro e o deputado Luiz Augusto levantaram existir algumas inconsistências. E quanto a essas inconsistências, nós debatemos e fizemos diversas reuniões com todos os setores. V. Ex.^a, inclusive, participou, de, pelo menos, duas delas.

Quais são? A primeira delas: havia um custo alto para as custas previdenciárias. Nós as trouxemos e as reduzimos para o patamar que não tivesse o reajuste de cem por cento que estava previsto no projeto anterior, ou seja, valendo a lei atual.

O segundo ponto dizia respeito às tabelas. A tabela continha 11 faixas e foi para 22 faixas. A mesma chegou a um patamar no teto de R\$ 64 mil. Houve uma redução nas faixas iniciais, deputado Bobô.

Mas, em relação às faixas de teto, havia uma reivindicação da Federação da Indústrias, pois isso poderia criar um problema para as grandes ações. Nós discutimos. A Federação das Indústrias apresentou duas tabelas alternativas.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- E nós discutimos nessas duas tabelas alternativas. Uma tabela foi pactuada também com a Federação das Indústrias e com o Tribunal de Justiça e a mesma foi ajustada.

Essa é uma tabela que reduz as custas. Só como exemplo, para uma ação de R\$ 1.000,00, se gastava R\$ 300,00 de custas, pela lei anterior. Nessa nova tabela, para uma ação de R\$ 1.000,00, os custos são de R\$ 90,00, ou seja, atendendo à perspectiva de acesso à justiça da comunidade mais carente.

O outro ponto dizia respeito aos registros de compras de equipamentos para financiamento especial, os equipamentos agrícolas. O que estava acontecendo, deputado Samuel, deputado Bobô? Toda vez em que um empreendedor da área rural iria comprar um equipamento em torno de R\$ 1 milhão, para fazer o registro aqui na Bahia, havia um custo em torno de R\$ 7.000,00; e, no Piauí, para o mesmo montante, o custo era de R\$ 4.400,00.

Então, nós fizemos um ajuste na tabela com o rebate de 40%, onde o valor, para registro desses equipamentos da área rural, fica abaixo do estado do Piauí, melhor, da tabela do estado do Piauí. Vejam, antes, as pessoas compravam no Piauí o equipamento, e o estado da Bahia perdia o ICMS e as custas, obviamente. Era um perde, perde. Agora, esse equipamento, certamente, será adquirido na Bahia.

A última questão dizia respeito às tabelas do extrajudicial. A tabela foi reajustada, apenas, no valor da inflação e, deputado Zé Neto, reajustada apenas no valor da inflação!

O que acontece? O projeto que veio para cá, ou seja, o projeto original apresentava um percentual de 3% para o Ministério Público, reduzindo do fundo complementar para os cartórios deficitários, reduzia de 14,7% para 11,7%. Isso iria impactar, sensivelmente, no fundo.

Nós fizemos uma discussão com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Acabei de conversar com os cartórios que, ao invés de fazer 3%, iniciava com 1% no ano de 2019; e o Tribunal de Justiça irá encaminhar, para esta Casa, um projeto discutindo a distribuição do fundo. E esse projeto já está inclusive em fase de sua conclusão. E ele encaminharia para cá. Com isso, faria uma nova reestruturação dos cartórios e dava um equilíbrio ao fundo.

Então, essas foram as alterações feitas.

O Ministério Público entendeu, porque havia uma reivindicação de três e reduziu para um.

A última conversa que eu tive aqui agora... E, aí, deputado Bobô, porque houve uma pessoa lá de Senhor do Bonfim sobre a questão dos cartórios. Eles entendiam... O que nós fizemos? Reduzimos 1,5% do Fecom, colocamos 0,5% para a distribuição em todos os cartórios e 1% para o Ministério Público. É lógico que os cartórios questionaram a questão do fundo, que reduziria. Mas nós fizemos um acordo ali, agora, onde nesse acordo nós montaríamos um grupo de trabalho, junto com o Tribunal de Justiça e os representantes dos cartórios.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o tempo da questão de ordem já esgotou.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Estou dando esse tempo para poder ele explicar. Depois dou o tempo necessário que o senhor quiser. Só para que todos entendam.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só para eu concluir.

Nós vamos criar uma comissão que vai discutir com o Tribunal de Justiça a reestruturação. Estava um representante do Tribunal de Justiça à mesa agora. Saímos de lá com esse compromisso da Casa trabalhar no sentido de, junto ao Tribunal de Justiça, agilizar esse projeto de reestruturação, para que pudesse criar o equilíbrio do fundo e, obviamente, atender aos cartórios e criar a superatividade dele.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, pelo entendimento aqui, talvez os colegas não estejam prestando atenção. O parecer que foi dado foi de outro projeto. O parecer foi lido de outro projeto, não foi desse. Esse aí ou é um substitutivo do projeto apresentado ou é um novo projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Ele está dando sugestões de um novo parecer. O parecer que foi lido foi um parecer ruim, foi o que estava lá originalmente. O que aconteceu foi que depois da lida do parecer houve todas essas conversações com todos. Pela primeira vez, eu acho que eu vi uma discussão detalhada, com cada setor envolvido, com o Judiciário, com o Ministério Público, com o pessoal do cartório.

Acho que se construiu uma espécie de... Até o pessoal do setor da agricultura, o pessoal do comércio. Ou seja, pela primeira vez sentaram todos os envolvidos nesse

processo para construir um novo parecer do projeto antigo, mas é um novo parecer. Eu acho que é uma oportunidade. Se a gente não votar esse projeto ou deixar para votar na outra semana até a gente chegar aos 32 só vai perder o tempo. Pela primeira vez nós estamos querendo jogar fora uma coisa que foi construída a 10 mãos. Não foi nem a três, não. E foram todas as pessoas. Inclusive Luciano participou. Nós ficamos duas horas com o presidente...

O Sr. Alan Sanches:- Eu estou inscrito aqui, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Darei todos os tempos. Um momentinho só. Darei todos os tempos necessários.

Nós passamos 2 horas com o presidente do TJ, ele entendendo a situação, acatou quase todas as coisas, grande parte das sugestões foi de Luciano Ribeiro. Foram acatadas, praticamente, todas as sugestões para atender todos os setores naquilo que foi possível. Claro que ninguém vai ficar 100% alegre, mas foi o que foi possível ser feito. Pela primeira vez se fez isso. Eu acho que é uma oportunidade que a gente está... Não vai votar hoje, vai votar na próxima terça-feira. Se a gente não votar não vai mudar nada do que está fazendo aí, apenas por questões... Acho que nós, deputados, poderíamos dar, já que todos negociaram, já que todos concordaram, só está dependendo da gente votar ou não. Depende da gente.

Alan Sanches:- Não, não, não. Sr. Presidente, V. Ex.^a faz um contraponto aqui brilhante, no meu entendimento, muito sereno, sensato, mas eu vou preferir conhecer um pouco esse novo parecer.

Estou sabendo agora. No final de semana, no domingo, eu fui abordado por alguns delegatários justamente a respeito do fundo, que diminuía de 14% para 11%, retirando esses 3% que inviabilizam. Rosemberg, isso aqui eu consegui entender, mas eu não sou a favor de acordo hoje aqui nesta Casa, porque mudou completamente o projeto. Claro que através do parecer pode ser feito, mas eu não concordarei em votar hoje.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, estou inscrito aqui pacientemente e quero pedir, rogar a V. Ex.^a e aos nossos dignos pares. Com a devida vênias, mas é preciso organizar esse ruído criado aqui no Plenário, que foge da boa interpretação do ordenamento jurídico desta Casa, notadamente, do Regimento.

Aqui ouvi o deputado Rosemberg apresentar, talvez, um esqueleto, uma minuta de um novo parecer, e o fez intempestivamente, porque para apresentar um novo parecer ao projeto – porque já foi apresentado um para o que se pediu vista –, para ele apresentar um novo parecer, necessário se faz acordo entre as lideranças. E ele terá que subir à tribuna e apresentar o seu novo parecer, após ser firmado o acordo entre as bancadas, não é? Antes, de jeito nenhum. E por isso eu pedi vênias: porque o encaminhamento está errado e precisamos organizar o encaminhamento.

Não estou aqui julgando o mérito de nada, não estou antecipando o meu voto, não estou antecipando voto e preciso tomar conhecimento do que é que se quer nesta

Casa, e que se botem novamente os vagões no trilho da legalidade. Está bom, presidente? Para isso é que peço a V. Ex.^a que acate a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Luciano estava...

O Sr. Zé Neto Lula:- Eu quero só abrir mão da minha fala para o deputado Luciano, mas depois dele eu quero falar.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Tudo bem. Deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu estava inscrito primeiro do que V. Ex.^a, viu, Zé Neto? Não abriu mão de nada.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Eu só quero aqui esclarecer o que, por essa Liderança da Minoria, foi dado o andamento até agora. Esse projeto que aumenta a taxa e, ao nosso ver, de forma exorbitante em determinados casos, nós, há duas semanas, pedimos vistas para poder melhor analisá-lo. Ressalto, desde o início, que a minha posição é o voto contrário a qualquer aumento. Sempre foi a minha posição.

Bom, a partir daí, pedi vistas. O relator – junto com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, representantes de cartórios, representante das sociedades organizadas – nos procurou e nós sentamos junto com a presidência da Assembleia, através de V. Ex.^a, e o relator conseguiu, segundo as suas palavras, possibilidades de apresentar um novo relatório, que será submetido a esse Plenário.

Esse novo relatório, esse novo parecer, com novos números que, segundo ele mesmo disse, houve diminuição de alguns aumentos que eram pontuais, que chegavam a estratosféricos aumentos de 74%, outros de mais de 100%, segundo o relator, vai vir no novo parecer já modificado. Portanto, Sr. Presidente, nós não estamos declarando voto favorável ao projeto.

Mas eu estou na condição de Líder, permitindo, através de acordo de lideranças, que o relator apresente novo parecer, nesses termos, para que a Assembleia passe a apreciá-lo, e depois nós decidiremos se vamos votar favorável ou contrário ao projeto.

Em nenhum momento, volto a esclarecer, esta Liderança declarou voto favorável a este projeto. E, desde o início, em toda a negociação, nós sempre fomos contra qualquer tipo de acordo. Agora, não podemos impedir que, se vem um voto mais benéfico à população, ele seja apresentado. E é isso que nós estamos permitindo: que o relator apresente o seu novo parecer, para que nós possamos analisar. E, aí sim, decidirmos se vamos votar favorável ou contrário ao projeto. Essa é a fala da Liderança da Minoria, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex.^a, a todos e todas que estão presentes que, em todo o processo de discussão desse projeto aqui na Casa, eu tive o cuidado de respeitar integralmente todas as prerrogativas da nossa Oposição. Inclusive, quero salientar que a reunião... as reuniões, aliás – não foi uma. Foram duas ou três? –, foram realizadas na sala... Deputado Alan, peço a V. Ex.^a um pouco de atenção! As reuniões foram realizadas na sala da Oposição. Inclusive, V. Ex.^a

esteve presente na sala da Oposição para discutir com o Ministério Público, cartórios, Judiciário, servidores...

Hoje nós temos três projetos em pauta, todos eles já têm a minha assinatura de dispensa de formalidades. Um retrata uma situação que já está aqui há mais de um ano, que está relacionado às gratificações para os diretores de Fórum, que não recebiam absolutamente nada para dirigir comarcas. Isso tem que ser analisado aqui. Eu assinei a dispensa com os prazos todos vencidos. O outro é o IVP, que é uma situação relacionada a gratificações, que o próprio Tribunal reconhece que erroneamente tem prejudicado algumas centenas de funcionários. E chegamos ao denominador comum com o Tribunal. Estamos agora já assinando e esperando a Oposição fazer a sua parte no que for possível. A própria Oposição me cobrou várias vezes essa assinatura. A minha já está lá!

Com relação a esta situação dos cartórios e das taxas e do MP, que estão todas elas elencadas no único projeto, eu quero salientar que tive todo cuidado, como Líder, de não atropelar em nenhum instante os preceitos regimentais e o respeito à Oposição.

Quero, inclusive, dizer que o próprio deputado Luciano, colocou, claramente, que a Oposição não tinha voto definido, mas que queria que o debate fosse reaberto. Nós reabrimos o debate, o próprio deputado Luciano nos colocou que na Oposição o deputado Hildécio também colocou o posicionamento dele com relação à necessidade de revisão de valores. O deputado Rosemberg, neste íterim, como relator, fez todo um processo íntegro, íntegro de diálogo com todas as partes, com todos os atores desse contexto.

Portanto eu queria solicitar a V. Ex.^a, Sr. Presidente... Inclusive a dinâmica do Parlamento faz com que a gente tenha confiabilidade no que a gente discute neste Plenário. Ficou definido neste Plenário a construção de um novo parecer. Eu só solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente – em respeito ao que foi decidido aqui neste Plenário e que foi reafirmado, inclusive, pelo Líder da Oposição –, que tenhamos a releitura do parecer. Até porque... Senão nós vamos criar uma situação anômala e única. Imaginem: nós podíamos votar o projeto; não votamos a pedido da Oposição; nos reunimos na sala da Oposição; discutimos, respeitando todas as solicitações que foram feitas pela Oposição; decidimos com a Oposição fazer um novo relatório; as partes interessadas todas debatendo de forma conjunta.

Essa releitura, hoje, deve ser feita. Quanto ao voto de cada um, aí eu concordo com a coerência do deputado Luciano. E quero aqui, deputado, dizer que V. Ex.^a...

O Sr. Alan Sanches:- Deputado, qual é a sua proposta? Deputado Zé Neto, qual é a proposta?

O Sr. Zé Neto Lula:- (...) muito nos honra de ser o que hoje V. Ex.^a é: líder de oposição, mas um deputado que manteve em todo o tempo a sua coerência com o que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone):- Qual é a proposta, Zé Neto?

O Sr. Zé Neto Lula:- (...) foi decidido aqui neste Plenário, nesta Casa. Eu proponho que seja feita a releitura do parecer, como ficou definido e como foi objeto...

O Sr. Alan Sanches:- E a Oposição pede vista. Não é isso? O acordado então.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu queria aqui reconhecer o esforço que foi feito pelo Líder da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, que, realmente, durante estas duas semanas se empenhou para que este processo pudesse ser decantado e até aperfeiçoado, modificado. E o próprio Líder da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, reconhece aqui que muitos avanços foram obtidos por parte dessa reunião que foi feita com o Líder do Governo e com deputados, tanto da Base do Governo quanto da Base da Oposição. Então está claro para nós que existe um avanço no sentido desse projeto.

Agora, não impede que qualquer parlamentar que compõe esta Casa tenha o direito de pedir vista e obviamente fazer a sua avaliação do projeto. Então, vai colocar em votação? Entendo que sim, e cabe a cada deputado fazer o seu juízo de valor: se entender que deve pedir vista, ele tem todo o direito de pedir vista. Nós não podemos deixar de reconhecer que foi feito, realmente, um esforço muito grande, tanto dos deputados governistas como dos deputados da Oposição. E eu tenho certeza de que o nosso Líder Luciano Ribeiro teve a capacidade de fazer todas as avaliações, e pelo que ele me fala, neste momento o projeto está maduro para votação.

Parlamentar não identificado:- Sr. Presidente!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

Parlamentar não identificado:- Sr. Presidente! Pela ordem, presidente! Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pela ordem o nobre relator.

Parlamentar não identificado:- Presidente! Presidente!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Presidente, eu queria fazer aqui uma proposta para ver se a gente resolve isso. Olha bem, eu fiz um esforço imenso junto com todos os outros deputados aqui, as junções, para que a gente pudesse votar hoje, mas se tem alguma dúvida, eu acho que não teria nenhum prejuízo se a gente pudesse votar na próxima terça-feira. E aí eu queria propor: em vez de a gente ficar aqui “vou apresentar e fazer vista, etc. e tal”, que o deputado Luciano Ribeiro, o Líder da Minoria, delegasse um representante para que pudesse... e o deputado Zé Neto também indicasse um. Junto com o relator, a gente senta, passa tudo direitinho, volta a conversar, se precisar, se tiver necessidade de conversar com as partes interessadas, e a gente volta na próxima terça-feira e vota o parecer! Pode ser?

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, deixe eu entrar para ver se consigo alinhar isso aqui. Eu queria também acrescentar, deputado Rosemberg e, se possível, deputado Alan, deputado Targino e o deputado Luciano, que estão mais à frente da Oposição nesse debate: temos três projetos aí; dois, inclusive, já tiveram por demais

esgotados os debates. A Oposição me solicitou várias vezes a votação do VPI dos funcionários, dos servidores do Tribunal, e a votação dessa gratificação que está aí há mais de 1 ano.

Esses dois projetos... eu já assinei a dispensa de formalidades de ambos, a Oposição me solicitou várias vezes! Até por uma questão de coerência, a gente tem que fazer... Tudo bem, a gente aqui acerta o pedido de vista para V. Ex.^{as} terem conhecimento mais profundo do que foi debatido, e voltaríamos na semana que vem botando esses dois, que já foram, inclusive, objeto de solicitações de V. Ex.^{as} por diversas vezes! Todas as vezes... Eu sou capaz aqui de lembrar os discursos de V. Ex.^{as} com relação a esses projetos, tanto do deputado Targino como do deputado Luciano, do deputado Hildécio e outros tantos que fizeram discursos com relação ao VPI.

A outra situação dos cartórios e das comarcas: eu acho que tem aí uma situação: hoje um dirigente de fórum, de comarca, ele não tem qualquer gratificação, é um ônus grande, uma responsabilidade grande para os juízes que tomam a frente das comarcas. É um reconhecimento que o Tribunal nos solicita, que seria... é um debate que já está aí há mais de 1 ano... propício... para que nós pudéssemos votar aqui de forma acordada...

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto Lula:- (...) E a vista ficaria para... na semana que vem já votaríamos esse projeto e os demais que estão na pauta de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Alan Sanches:- Não é de um lado e de outro, não? Não é de um lado e de outro, não?

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não, aqui não tem esse negócio, é por ordem. Então, Bira tinha me pedido. Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Queria aproveitar e agradecer à Mesa, presidente, Srs. Deputados, mas, presidente, a minha interlocação neste momento, nesta questão de ordem, primeiro é para parabenizar as duas bancadas, tanto a Bancada da Oposição quanto a Bancada da Situação. Sou testemunho do esforço que essas duas bancadas vêm fazendo pela aprovação dos projetos que estão ora em debate. Lembro-me que quando o projeto esteve aqui, houve recusas – inclusive eu sou um dos – para se fazer a relatoria, pelo fato de não se estar dominando o projeto como um todo, pela compreensão de que o projeto precisaria ser melhor debatido e mais discutido.

Quero destacar que isso vem sendo feito com muito respeito e compromisso nesta Casa, pelas bancadas. Já foi apontado, mas eu queria só destacar: o projeto foi debatido na sala de reuniões da Liderança da Oposição e lá discutido, sendo todos os deputados convidados para participar desse processo; foi para uma segunda discussão; terceira discussão; e se chegou a uma compreensão de ajustes no projeto, de emendas e conseqüentemente de adequação desse projeto para facilitar a sua aprovação e assegurar direitos constitucionais e conquistas a todos que ele, o projeto em si, diz respeito.

Então eu queria só pontuar isso e dizer que respeito a posição do nobre deputado em também se posicionar, até contrariando a votação no dia de hoje, mas quero apenas chamar a atenção para uma preocupação que tenho para que a gente não crie nesta Casa uma cultura de que todas as vezes que aleatoriamente eu discordar eu possa inviabilizar. E sei que não é essa a posição do nobre deputado Alan, que conheço, sei do compromisso, do respeito que tem e do trabalho, mas que a gente tenha o cuidado de, ao conduzir esse processo, não criar novas metodologias nesta Casa, não rasgar princípios, entre eles o do respeito à posição que é tomada pelas bancadas.

Então eu queria apenas pontuar por essa linha, acho que a mediação apresentada pelo deputado Rosemberg para, se possível, votar, se não hoje, então na próxima semana, vai evitar que seja mais uma vez pedido vista e gere novamente todo um processo de debate e discussão, esgotando-os para além do que já vem sendo feito e para além do princípio da condução conjunta, do acordo que vem sendo conduzido pelas duas bancadas – respeitando-as aí mais uma vez, destaco.

Agradeço, inclusive, pelo empenho dos deputados que se envolveram nesse processo, inclusive o deputado Luciano, que quero destacar, e também o deputado Zé Neto, assim como o deputado relator, deputado Rosemberg Pinto. Dizer que é importante que nós possamos votar essa matéria porque estamos sobrestando a pauta. Estamos com outras matérias importantes que são decorrentes dessa matéria entrando também num prazo, dificultando, assim, a continuidade do processo. A gente tem, sem dúvida nenhuma, um compromisso a ser apresentado à sociedade, e aí eu quero mais uma vez fazer um apelo ao deputado Alan: que ele possa também fazer uma reflexão e encontrar uma possibilidade para que essa votação ocorra ainda hoje, mas se não ocorrer, que a gente possa evitar o pedido de vista para não estar atrasando mais ainda esse processo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o Sr. Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Bira, eu, nesta Casa, cada dia me impressiono mais com a habilidade de convencimento dos deputados aqui da oposição. Primeiro, vem o deputado Rosemberg com a sua inteligência peculiar, com a sua forma cordial de tratar os assuntos, trazer esse convencimento. O deputado Zé Neto, jeitoso... não é à toa que ficou 8 anos como Líder de sua bancada, no governo passado e neste governo. Ficaria novamente, tenho certeza, mas, graças a Deus – o parabenizo mais uma vez –, agora vai ser deputado federal. E, não tão diferente, o deputado, o professor Bira Corôa, um amigo, um parceiro, também com essa habilidade para tentar o convencimento. Eu sempre digo: “Tem inteligente dos dois lados, tem inteligente de um lado, tem inteligente do outro”.

Com relação à bancada, respondendo ao deputado Bira, a roupa suja eu lavo em casa. Não vou questionar o meu Líder, jamais, nem a decisão tomada, e nem tenho também que tomar conta da Bancada do Governo, mas, pelo meu entendimento, mudou o projeto através da mudança do parecer. Eu não o conheço e acho que é uma coisa que vai mexer com toda a nossa sociedade, muda não só, como falei aqui antes, para os delegatários, com essa mudança dos 3%, que agora, de uma

forma progressiva, irá para 1% a partir, digamos assim, do esboço do projeto, do parecer que Rosemberg já apresentou aqui. Então muda, eu não tenho conhecimento.

Inteligentemente também o deputado Zé Neto tenta um acordo, e o Rosemberg, mais ainda, mais inteligente – Rosemberg, você é craque, Rosemberg é craque, não é? –, quer que a gente não permita, como já foi aqui permitido pelo deputado Líder da Oposição, Luciano Ribeiro, que prezo, acompanho sempre as suas decisões... ele já permitiu que fosse lido o parecer. Mas se fizer da forma que o deputado Rosemberg deseja, será diferente, a gente vai estar fazendo um acordo para votar os outros projetos.

Sem esse projeto cujo novo parecer será lido agora, os outros não poderão ser apreciados, e nós vamos pedir vista desse projeto, desse novo parecer. Paralisa aí. Na semana que vem, é outra conversa. Não vamos deixar esse projeto à parte através desse acordo para que sejam votados outros projetos porque esse tipo de acordo não se faz. Porque, inclusive, a defesa dos deputados do Governo poderia também sair em defesa para que o governador da Bahia cumprisse a lei das emendas impositivas. V. Ex.^{as} acompanharam, eu mesmo, o deputado que vos fala aqui, não tive 1% de execução dessa emenda, desse orçamento mentiroso que o governo do estado coloca sempre para ser apreciado aqui nesta Casa...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches:- Então, para mim e por mim, não existe acordo nenhum, não existe acordo nenhum! Eu não conheço o projeto, não conheço esse parecer, porque é um novo projeto, está substituindo praticamente... é o substitutivo de um projeto através do parecer, para que não se comecem novamente todos os trâmites. Mais uma vez muito inteligente a bancada, mas não há acordo. Se o deputado Luciano já tomou a decisão, eu seguirei a decisão dele: a da permissão da leitura do parecer. E para aí. Pelo meu entendimento, para aí.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, em obediência aos princípios da razoabilidade e da economicidade, eu gostaria de propor a V. Ex.^a que, já que há concordância do Líder do Governo, deputado Zé Neto, e do Líder da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, já que o deputado Rosemberg já leu o parecer, ele deveria ler de novo porque leu intempestivamente. Mas, por acordo, os Líderes entenderam o seguinte: que o deputado Rosemberg vai usar o microfone, vai usar a tribuna para dar como lido o parecer, e o deputado Hildécio, com bojo, com escopo no artigo 81, vai pedir vista deste.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Está certo, tranquilo. Pronto. Então...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, entendendo as ponderações do deputado Targino e do deputado Alan, eu quero aqui dar como lido o projeto, uma vez que já fiz todas as explicações de alteração. V. Ex.^a pode encaminhar, obviamente, para que o Plenário possa...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pedir vista.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- (...) pedir vista.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Primeiro eu quero dizer a V. Ex.^a e aos colegas que quero pedir vista do parecer porque sinto a necessidade de realmente me aprofundar um pouco mais nesse projeto de lei, já que se trata de uma matéria polêmica. Afinal de contas, trata-se de reajuste de preços que vai afetar o bolso da população baiana.

Por isso, e por fazer parte, ser membro da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa, eu solicito de V. Ex.^a que me dê vista para que eu possa me aprofundar um pouco mais nessa matéria, até porque do início das discussões eu participei, mas depois, em face de uma forte virose, eu tive que me afastar, me ausentar um pouco, e agora eu preciso, com a vênua de V. Ex.^a, pedir vista do presente parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- V. Ex.^a será atendido.

Será lhe dado vista por 48 horas desse novo relatório que foi dado como lido aqui.

Está encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.